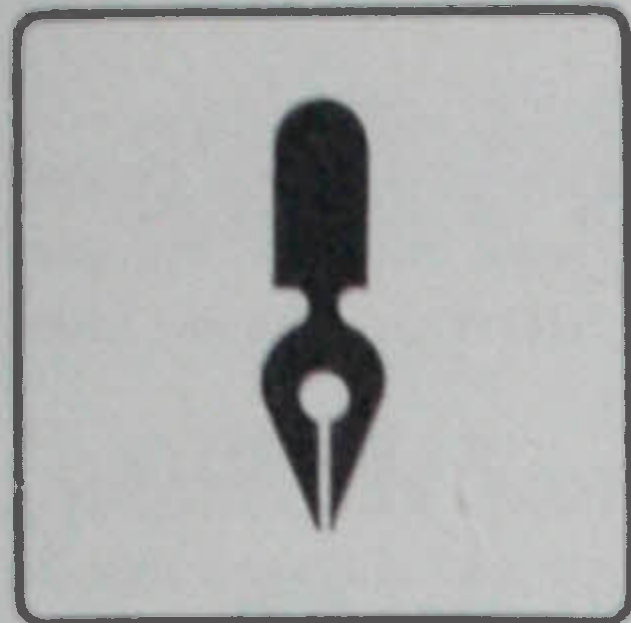




EDITORIAL



PORTE
PAGO

Cooperação Luso-Africana

No nosso tempo, o conceito de «cooperação» entre Estados ocupa domínio universal e anda nas bocas do Mundo: «cooperam» pessoas, famílias, grupos, regiões, países e continentes; no seu significado social, a «cooperação» envolve as mais diversificadas proposições decorrentes da vida humana em sociedade.

Efectivamente, abrange trabalho auxiliado por outrem; pode definir-se como convergência, para qualquer fim, de forças, de auxílio e de colaboração em todas as actividades humanas; como «comércio» (no sentido corrente da permuta de valores por valores); até como expressão cultural, no convívio das musas e das letras.

Deixemos, porém, tais reflexões tão generalizadas, como resumidas. Fiquemo-nos apenas pela afirmação histórica, contida no livro «Avós dos nossos Avós» de Aquilino Ribeiro: «Portugal coopera na obra geral da civilização com bons serviços». Discorramos, pois, sobre a problemática da cooperação portuguesa em terras ultramarinas, que — durante séculos — foram complemento directo da civilização lusíada.

No âmbito particular, que comporta o tema deste escrito, vamos focar a posição actual das actividades electrificadoras no campo energético das relações luso-africanas. Começemos por afirmar, categoricamente, que tal «cooperação» se caracteriza, em processo e em objectivo, pelo trabalho e colaboração comuns, para os mesmos fins de interesse mútuo dos povos dos países envolvidos. Exclui, necessariamente, na fé do seu imperativo histórico e realista, quaisquer outros parâmetros que possam qualificar auxílios, ou permutas comerciais, tráficos ou negócios. A cooperação «país-país», na actualidade luso-africana, não é comércio, nem são favores, nem é domínio; é principalmente (o que é imenso) colaboração humana, de povos para povos.

A electrificação de todos os países (em especial entre os que precisam de avançar depressa, no seu desenvolvimento económico) é condicionante irremovível das realizações socio-económicas do Mundo. Por outro lado, ninguém duvida de que a electrificação

é exigente de bases de apoio essenciais: disponibilidade de fontes primárias energéticas; acessibilidade potencial a grandes investimentos em dinheiro; e, também, finalmente, de tecnologias e braços que a promovam. Mas ninguém pode depreciar a eficácia promissora da generalidade das portentosas bacias hidrográficas dos grandes rios africanos, nem a viabilidade dos aproveitamentos hidroeléctricos potencialmente disponíveis.

Pode ainda considerar-se que as obras de electrificação (na produção e na distribuição) quase se pagam para si, em medida muito significativa; estamos a pensar nas grandes indústrias transformadoras de minérios e na rápida expansão dos mercados de consumo em países lançados no seu desenvolvimento acelerado. A abertura comercial, neste campo de acção é obviamente aliciante, para quem tem dinheiro e aptidão para investir como negócio financeiro. É evidente que não é realista qualquer suposição de que, na actualidade, os portugueses ou os povos africanos sejam, por si, privilegiados em tal cooperação na área das entreajudas de capital; nem nós, nem eles devem visionar nesta óptica, o grande objectivo da colaboração luso-africana.

Mas em qualquer país, não há desenvolvimento socio-económico, sem a intervenção complexa e eficiente da capacidade humana, em todos os escalões do trabalho profissional.

É neste campo que deve vislumbrar-se a sequência dos bons serviços portugueses, cooperantes com os povos afins, na obra geral da civilização.

A tradição e a vida comunitária seculares comprovam a afinidade luso-africana para as realizações de interesse comum. A formação de quadros técnicos e de operadores especializados, a maneira de se entenderem dos povos atavicamente habituados e experientes no convívio de séculos, a compreensão da mesma linguagem falada e escrita (essencial nas aplicações técnicas) são valores que perspectivam o êxito da cooperação luso-africana.

F. do A.